

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ECOLE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
71.737.001/0001-61**

Prezados Senhores,

A administração da Ecolé Serviços Médicos Ltda “Operadora”, submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

O ano de 2019, foi marcado por grandes decisões por parte dos sócios da Operadora, com destaque para decisão sobre a venda da Empresa para o Grupo Notre Dame Intermédica, conforme ampla divulgação nas mídias impressas e eletrônicas. A Operação em questão, até a data de emissão das Demonstrações Contábeis deste exercício, estavam sob aprovação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Referida decisão de venda, teve como base motivadora, a preocupação com a perenidade do negócio, em meio à concorrência cada vez mais acirrada, concentração de mercado por grandes players, impacto regulatório cada vez maior e o fator “judicialização na saúde suplementar” culminando em excesso de processos, gerando entraves para a regulação da saúde suplementar no Brasil. Acreditamos que o Grupo Notre Dame Intermédica, sendo a maior operadora em número de beneficiários do país, conseguirá determinar novos rumos para os negócios, assegurando, portanto, melhores serviços aos nossos beneficiários, maior rede de atendimentos e gestão econômico-financeira provida de mais recursos para manutenção das operações e de seus indicadores.

Desempenho operacional e econômico-financeiro

Encerramos o exercício de 2019 com 43.750 (quarenta e três mil, setecentos e cinquenta) beneficiários (52.852 em 2018), demonstrando redução de cerca de 20,8% da carteira de beneficiários entre os exercícios 2018 e 2019. Esta redução é reflexo de um processo de revisão de contratos junto a Pessoas Jurídicas – Planos Coletivos, com resultados deficitários, cuja melhor solução resultou na rescisão de vários contratos desta modalidade de contratação.

A receita operacional bruta, contabilmente representada pelas Contraprestações Emitidas de Assistência à Saúde, obteve crescimento de 20,2% em 2019, passando de R\$ 70,0 milhões em 2018 para R\$ 84,0 milhões em 2019.

A sinistralidade em 2019, medida pela relação entre os eventos indenizáveis líquidos (custo dos serviços médicos hospitalares) e as contraprestações emitidas, se manteve dentro da normalidade, apresentado aumento de cerca de 3,0, partindo de 70,0% - 2018 para 73,0% - 2019, estando abaixo da média de mercado para o segmento e modalidade, consequência da melhoria contínua da gestão assistencial, com emprego de novas tecnologias, monitoramento contínuo e aspectos de auditoria médica mais atuante, além de revisões de contratos junto a Planos Coletivos que possibilitaram melhor sinistralidade, considerando reajustes acordados e aplicados nos contratos.

A Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados (Peona), constituída em garantia para os Eventos Ocorridos e ainda não Avisados, passou a ser calculada atuarialmente e, no encerramento do exercício 2019, seu valor era de R\$ 1,08 milhões, Provisão que refletiu a realidade das operações.

O Índice de Liquidez Circulante – ILC, em 2019 foi de 1,79 (1,45 - 2018), apresentando-se positivamente e acima dos patamares observado nos últimos exercícios, reflexo da redução da pressão de Provisões Técnicas desde o exercício 2018, além de geração, o que proporcionou



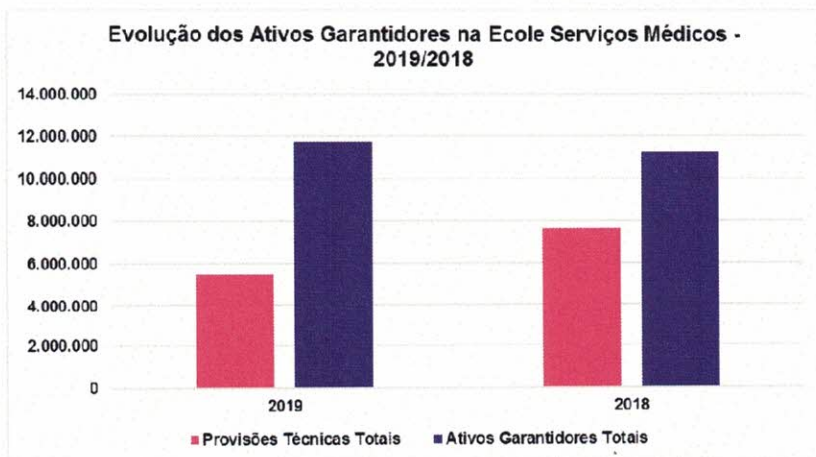
sobra de Ativos em relação aos passivos circulantes, refletindo melhoria da liquidez da Operadora no horizonte de curto prazo.

O Resultado Líquido das Operações de Assistência à Saúde em 2019 foi de R\$ 20,7 milhões (R\$ 19,0 milhões - 2018), representando um aumento de 7,0% em relação ao exercício anterior

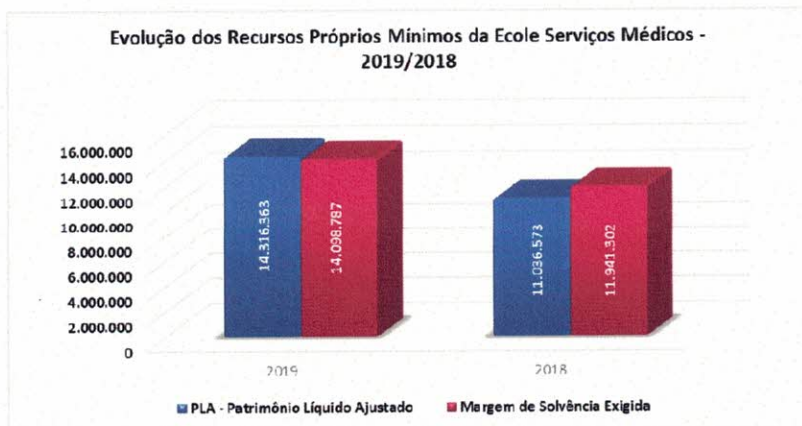
No exercício 2019, a Operadora manteve Suficiência dos Ativos Garantidores em relação às Provisões Técnicas e de Recursos Próprios Mínimos exigidos para operação no mercado de saúde suplementar, mantendo níveis suficientes, conforme demonstrado abaixo:

Evolução dos Ativos Garantidores	31/12/2019	31/12/2018
(a) Provisões Técnicas que requerem vínculo	2.943.740	4.507.597
(b) Provisões Técnicas que requerem lastro	2.517.290	3.142.488
(c) Total de Provisões Técnicas que requerem Ativos Garantidores	5.461.030	7.650.085
(d) Ativos Garantidores	11.704.960	11.254.080 (*)
Suficiência de Ativos Garantidores	6.243.930	3.603.995

(*) Aplicações Financeiras Vinculadas em Fundos Dedicados ao Setor de Saúde Suplementar e lastro em Aplicações Financeiras Custodiadas junto ao SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.



Evolução dos Recursos Próprios Mínimos	31/12/2019	31/12/2018
(a) PLA - Patrimônio Líquido Ajustado	14.316.363	11.036.573
(b) Margem de Solvência Exigida	14.098.787	11.941.302
(a - b) Suficiência/(Insuficiência) de Recursos Próprios Mínimos	217.576	-904.729





Agradecimentos

Agradecemos aos beneficiários, principais responsáveis pelo nosso desenvolvimento e continuidade, aos nossos parceiros comerciais, que nos honram pela sua preferência e disseminam nosso nome no mercado e ao nosso time de colaboradores diretos e indiretos pela dedicação e profissionalismo que atuam em prol de nossa Empresa.

São Paulo, 31 de dezembro de 2019.

A Diretoria.

Eduardo Cotait
Sócio Administrador Representante Legal

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores e Administradores da

Ecole Serviços Médicos Ltda.

CNPJ: 71.737.001/0001-61

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa **Ecole Serviços Médicos Ltda.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da operadora **Ecole Serviços Médicos Ltda.**, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:

A Administração da Operadora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Outros Assuntos

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram por nos examinadas, com Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras emitido em 07 de março de 2019.

Bebedouro-(SP), 27 de março de 2020.



MB AUDITORES INDEPENDENTES SOCIEDADE SIMPLES.
MARCELO BOCK
CRC – 2SP 021390/O-7
CRC - 1SP 128.524/O-0



ECOLE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.
CNPJ 71.737.001/0001-61
BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Em Reais

ATIVO			
	Nota	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE		23.898.822	24.987.147
Disponível	5	451.366	246.405
Realizável		23.447.456	24.740.742
Aplicações Financeiras	6	13.896.419	16.826.491
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		11.704.960	11.254.080
Aplicações Livres		2.191.459	5.572.412
Créditos de Operações com planos de Assist. Saúde	7	7.815.475	6.404.366
Contraprestações Pecuniárias a Receber		7.815.475	6.404.366
Créditos Tributários e Previdenciários	8	251.098	-
Bens e Títulos a Receber	9	1.484.464	1.509.885
		6.674.287	5.539.796
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo	10	5.466.972	5.466.972
Aplicações Financeiras		5.466.972	5.466.972
Créditos Tributários	11	822.341	-
Depósitos Judiciais	12	334.194	-
Imobilizado	13	50.780	72.824
Imobilizado de Uso Próprio - Hospitalares		-	3.920
Imobilizado de Uso Próprio - Não Hospitalares		50.780	68.903
TOTAL DO ATIVO		30.573.109	30.526.943

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eduardo Cotait
Eduardo Cotait
Representante Legal
CPF 014.200.268-28

Carlos Monis Medeiros
Carlos Monis Medeiros
Contador
CRC 1SP163642/O-5



ECOLE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.
CNPJ 71.737.001/0001-61
BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

PASSIVO				
		Nota	2019	2018
PASSIVO CIRCULANTE			13.234.554	17.290.202
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	14		11.312.796	15.449.054
Provisões de Contraprestações			1.174.123	5.578.094
Provisão de Contraprestações Não Ganha - PCNG			1.174.123	5.578.094
Provisão Eventos a Liquidar p/ SUS			6.250.390	6.101.921
Provisão Eventos a Liquidar p/ Outros Prest. Serv.Assist.			2.807.360	3.161.998
Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA)			1.080.923	607.042
Débitos de Operações de Assistência à Saúde			690.647	63.115
Comercialização sobre Operações			690.647	63.115
Provisões			11.815	413.721
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	15		438.648	490.585
Empréstimos e Financiamentos	16		-	381.901
Débitos Diversos	17		780.647	491.826
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			3.022.192	2.200.168
Provisões Técnicas de Operações de Assist. à Saúde			2.581.626	1.759.602
Provisão Eventos a Liquidar p/ SUS	18		2.581.626	1.759.602
Provisões			440.566	440.566
Provisões para Ações Judiciais	19		440.566	440.566
Tributos e Encargos Sociais a Recolher			0	0
Tributos e Encargos Sociais a Recolher			0	0
Empréstimos e Financiamentos a Pagar			0	0
Outros Financiamentos			0	0
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			14.316.363	11.036.573
Capital Social	20		9.598.277	6.408.277
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital			-	600.000
Lucros Acumulados			4.718.086	4.028.296
TOTAL DO PASSIVO			30.573.109	30.526.943
			-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eduardo Cotait
Eduardo Cotait
Representante Legal
CPF 014.200.268-28

Carlos Monis Medeiros
Carlos Monis Medeiros
Contador
CRC 1SP163642/O-5



ECOLE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.
CNPJ 71.737.001/0001-61
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
Em Reais

	Nota	2019	2018
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde		82.408.451	68.325.203
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		82.408.451	68.325.203
Contraprestações Líquidas	21	84.606.022	70.401.835
(-)Tributos Diretos de Operações com Pl. Assist. à Saúde da Operadora		(2.197.571)	(2.076.633)
Eventos Indenizáveis Líquidos		(61.690.502)	(48.966.583)
Eventos Conhecidos e Avisados	22	(61.216.620)	(53.953.819)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisado		(473.882)	4.987.236
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PL.DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		20.717.949	19.358.620
Outras Receitas Operac. c/ Pl. de Assist. à Saúde da Operadora		-	-
Outras Despesas Operac. c/ Pl. de Assist. à Saúde da Operadora		(5.369.026)	(3.673.867)
Outras Despesas de Operações de Pl. de Assist. à Saúde		(5.300.411)	(3.673.867)
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(68.615)	-
RESULTADO BRUTO		15.348.922	15.684.753
Despesas de Comercialização		(3.170.112)	(3.145.284)
Despesas Administrativas		(12.879.320)	(11.101.415)
Resultado Financeiro Líquido		2.030.169	929.792
Receitas Financeiras		2.060.724	967.000
Despesas Financeiras		(30.555)	(37.208)
Resultado Patrimonial		(20.549)	-
Receitas Patrimoniais		-	-
Despesas Patrimoniais		(20.549)	-
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		1.309.110	2.367.845
Imposto de Renda		(450.618)	(390.373)
Contribuição Social		(168.702)	(149.174)
Participações no Resultado		-	-
RESULTADO LÍQUIDO		689.790	1.828.298

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eduardo Cotait
Eduardo Cotait
Representante Legal
CPF 014.200.268-28

Carlos Monis Medeiros
Carlos Monis Medeiros
Contador
CRC 1SP163642/O-5



ECOLE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.

CNPJ 71.737.001/0001-61

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Em Reais

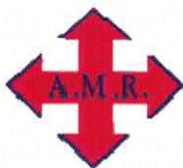
	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.408.277	-	2.199.998	8.608.275
Aumento de Capital em espécie		600.000		600.000
Lucro do Exercício	-	-	1.828.298	1.828.298
Saldo em 31 de dezembro de 2018	6.408.277	600.000	4.028.296	11.036.573
Aumento de Capital em espécie	3.190.000	(600.000)	-	2.590.000
Lucro do Exercício	-	-	689.790	689.790
Saldo em 31 de dezembro de 2019	9.598.277	-	4.718.086	14.316.363

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eduardo Cotait

Eduardo Cotait
Representante Legal
CPF 014.200.268-28

Carlos Monts Medeiros
Carlos Monts Medeiros
Contador
CRC 1SP/63642/O-5

**ECOLE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.**

CNPJ 71.737.001/0001-61

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

Em Reais

	2019	2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimento de Plano de Saúde	79.656.573,56	70.529.873,00
Resgates de Aplic Finance	13.702.120,23	29.877.329,00
Recebtos de Juros de Aplic Financeiras	-	13.413,00
Outros Recebimentos Operacionais	-	-
Pagamento a Fornecedores / Prestadores de Serviço de Saúde	(62.868.850,94)	(56.737.532,00)
Pagamento de Comissões	(2.294.920,69)	(3.035.178,00)
Pagamento de Pessoal	(2.556.547,10)	(1.604.305,00)
Pagamento de Pró-Labore	(67.010,93)	(72.243,00)
Pagamento de Serviços de Terceiros	(4.172.946,05)	(328.172,00)
Pagamento de Tributos	(7.912.862,15)	(4.260.756,00)
Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(304.723,08)	-
Pagamento de Aluguel	(624.733,24)	(892.531,00)
Pagamento de Promoção/Publicidade	-	-
Aplicações Financeiras	(10.307.894,93)	(30.907.704,60)
Outros Pagamentos Operacionais	(4.633.126,19)	(3.224.807,60)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(2.384.921,51)	(642.614,20)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	-	-
Outros Pagamentos das Atividades de Investimento	-	-
Receita com Venda de Ativos - Outros	-	-
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	-	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de Capital em Dinheiro	2.590.000,00	600.000,00
Recebtos de Empréstimos/Financiamentos	-	-
Outros Recebtos Atividade Financiamento	-	-
Pagtos Jrs e Enc s/ Emprést/Financ/Leasing	(117,85)	-
Pagtos de Amort de Emprést/Financ/Leasing	-	-
Pagamento de Participação no Resultado	-	-
Outros Pagamentos Atividade Financ.	-	-
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	2.589.882,15	600.000,00
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	204.960,64	(42.614,20)
Caixa e Ativos Livres		
No início do Período	246.405,00	289.019,00
No fim do Período	451.365,86	246.405,00
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	204.960,86	(42.614,00)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eduardo Cotait
Representante Legal
CPF 014.200.268-28

Carlos Monis Medeiros
Contador
CRC 1SP163642/O-5



ECOLE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.

CNPJ 71.737.001/0001-61

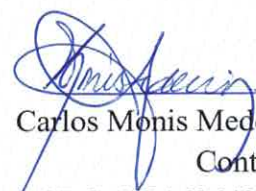
CONCILIAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Em Reais

	2019	2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS	R\$	R\$
Resultado Líquido do Exercício	689.790,06	1.828.298,18
Ajustes por:		
Depreciações	22.044,08	20.504,15
Amortizações	-	1.141.557,22
Variação da Provisão p/ Eventos Ocorridos e Não Avisados	473.881,81	(4.987.236,43)
Provisão de Contraprestação Não Ganha - PCNG	(5.226.194,47)	760.088,88
PPSC Provisão para Perdas Sobre Créditos	193.573,89	-
Variação da Provisão p/ Contingência	-	269.990,54
Resultado do Período Ajustado	(3.846.904,63)	(966.797,46)
Variação dos Ativos Operacionais por Redução/(Aumento)	765.517,61	(1.806.348,00)
Contraprestação Pecuniária a Receber	(1.604.682,77)	(610.849,66)
Aplicações Financeiras	2.930.072,65	(1.724.467,42)
Créditos Tributários e Previdenciários CP e LP	(251.098,47)	(62.993,45)
Bens e Títulos a Receber	25.420,22	591.962,53
Outros Créditos a Receber LP	-	-
Outros Investimentos LP	-	-
Depósitos Judiciais e Fiscais	(334.194,02)	-
Variação dos Passivos Operacionais por (Redução)/Aumento	696.465,51	2.130.531,26
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS	148.469,17	1.671.451,23
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS - LP	822.023,88	(561.246,62)
Provisão de Eventos a Liquidar Rede Credenciada	(354.637,58)	252.679,88
Débitos c/ Operações de Assist. à Saúde	627.532,37	-
Provisões	(401.905,77)	358.092,00
Tributos e Encargos Sociais a Recolher - CP	(51.936,71)	74.377,30
Tributos e Encargos Sociais a Recolher - LP	-	-
Empréstimos e Financiamentos	(381.900,64)	381.900,64
Débitos Diversos	288.820,79	(46.723,17)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(2.384.921,51)	(642.614,20)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


Eduardo Cotait
Representante Legal
CPF 014.200.268-28


Carlos Monis Medeiros
Contador
CRC 1SP163642/O-5



ECOLE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício findo em
31/12/2019

1. Contexto operacional

A **ECOLE Serviços Médicos Ltda.** é uma empresa constituída sob a forma de sociedade limitada com fins lucrativos que tem como objetivo a Operação de planos privados de assistência médica a seus associados através de rede própria ou de credenciados de acordo com lei 9.656/98.

A **ECOLE Serviços Médicos Ltda.** está registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS sob o nº 41.429-8.

2. Principais atividades desenvolvidas

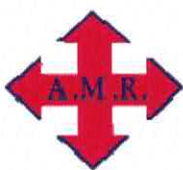
No cumprimento de suas atividades, a **ECOLE Serviços Médicos Ltda.** assina em nome dos seus sócios, contratos para prestação de serviços inerentes a atividade médica com pessoas físicas e/ou jurídicas de direito público ou privado.

3. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são elaboradas e apresentadas de acordo com o Plano de Contas Padrão instituído pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, estabelecido pela Resolução Normativa RN nº 435 de 23 de novembro de 2018, alterada pelas Resoluções Normativas, RN nº 314 de 23 de novembro de 2012, RN nº 322 de 27 de março de 2013, RN nº 344 de 20 de dezembro de 2013, RN 390 de 02 de dezembro de 2015, RN nº 418 de 26 de dezembro de 2016 e RN nº 430 de 07 de dezembro de 2017 consoante às práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2018, de forma a permitir a comparabilidade.

A conclusão e a emissão destas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Operadora em 21 de fevereiro de 2020.



4. Principais práticas contábeis

a) Regime de escrituração

A Operadora adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

b) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas de vida útil de determinados ativos e outras similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente diferentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

c) Aplicações financeiras

Estão demonstradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações vinculadas não estão destinadas à negociação ou disponíveis para venda (vide nota explicativa nº 6).

d) Créditos de operações com planos de assistência à saúde

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Preços preestabelecidos - “Provisão de contraprestação não ganha - PCNG”, e posteriormente sendo reconhecidos como “contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde”, no que se refere aos serviços médicos e hospitalares, quando da efetiva cobertura do risco contratual incorrido conforme determinado pela RN nº 393 de 09 de dezembro de 2015 e suas alterações. Preços pós-estabelecidos na conta de “contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde” (vide nota explicativa nº 7).



A provisão para perda sobre créditos de liquidação duvidosa está constituída de acordo com o item 10.2.3 do Capítulo I do anexo da Resolução Normativa – RN n° 418 DIOPE/ANS.

e) Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização ou liquidação, incluídos, quando aplicável, os rendimentos auferidos. Os direitos realizáveis após o término do exercício social subsequente à data do balanço patrimonial são classificados como não circulante.

f) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição corrigido até 31 de dezembro de 1995 menos as depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas anuais (vide nota explicativa n° 10) e não há indicativos de que seu valor de realização seja inferior ao valor contábil (*impairment*).

g) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Calculadas de acordo com as determinações da Resolução Normativa n° 209/2009 e alterações, com exceção da provisão de eventos a liquidar que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pelas operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas conforme estabelecido pela RN ANS n° 209/2009 e RN 290/2012 e suas alterações vigentes (vide nota explicativa n° 12)

h) Tributos e encargos sociais a recolher

Calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, considerando os efeitos tributários demandados pela aplicação das modificações na Lei n° 11.941/09 (vide nota explicativa n° 13).

i) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. As obrigações exigíveis após o término do exercício social subsequente à data do balanço patrimonial são classificadas no passivo não circulante.



j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As principais práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes (vide nota explicativa nº 15);

- i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Passivos contingentes avaliados como de perda possível não exigem provisão, mas divulgação em nota explicativa, enquanto aqueles avaliados como de perda remota não são provisionados e nem divulgados;
- iii) Depósitos judiciais: os depósitos judiciais são mantidos no ativo sem a dedução das correspondentes provisões para contingências, em razão do plano contábil da ANS não contemplar essa reclassificação.
- iv) Obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as possibilidades de êxito, quando originadas de processos em que a Operadora questiona a inconstitucionalidade de tributos.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

k) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos circulantes e não circulantes e os passivos circulantes e não circulantes. Do resultado são deduzidas ou acrescidas as parcelas atribuíveis de imposto de renda e contribuição social.

l) Reconhecimento da receita



As contraprestações efetivas são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, quando tratarem-se de contratos com preços pré-estabelecidos. Nos contratos com preços pós-estabelecidos e nas operações de prestação de serviços de assistência à saúde, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.

m) Reconhecimento dos eventos indenizáveis

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas.

Como parte dessas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, ou seja, há eventos realizados por prestadores que não são cobrados (avisados) em sua totalidade da Operadora ao final de cada mês, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de PEONA – Provisão para eventos ocorridos e não avisados conforme metodologia própria.

n) Informações por segmento

A Operadora está organizada em uma única unidade de negócio, correspondente à atividade de planos de saúde, sendo suas operações controladas e gerenciadas de forma integrada.

o) Normas Internacionais de Contabilidade

A Operadora vem adotando as Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com exceção da CPC 11 de seguros, CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola, o CPC 34 – Exploração e Avaliação de Recursos Minerais, CPC 35 – Demonstrações Separadas, CPC 44 – Demonstrações Combinadas, CPC 47 – Receitas, CPC 48 – Instrumentos Financeiros, CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e da ICPC-10 do Imobilizado as quais não foram aprovadas pela Agência Nacional de Saúde, portanto não adotadas pelas operadoras de planos de saúde.

As demais Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis são aplicáveis às demonstrações contábeis



no que não contrariarem a Resolução Normativa nº 290/2012 e alterações vigentes, no qual em alguns casos não aplica integralmente as situações destacadas nestes pronunciamentos, adotando regras específicas a serem aplicadas ao setor de saúde.

5. Disponível

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa	3.125	4.153
Banco conta movimento	448.241	242.253
	451.366	246.405

6. Aplicações financeiras

		<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Garantidoras de provisões técnicas			
Banco Itaú Unibanco S.A.	UBB ANS FI RF Saúde	913.685	872.598
Banco Itaú Unibanco S.A.	UBB ANS FI RF Saúde	6.875.304	6.566.131
Banco Itaú Unibanco S.A.	Título Público IPCA 1	2.570.785	2.529.496
Banco Santander S.A.	FI Renda Fixa ANS BR RF	1.345.186	1.285.855
		11.704.960	11.254.080
Livres			
Banco Itaú Unibanco S.A.	ACE Dividendos Ações FICFI	7.346	5.433
Banco Itaú Unibanco S.A.	Multimercado Brasil EUA FICFI	361.344	255.534
Banco Itaú Unibanco S.A.	Itaúvest	-	149
Banco Itaú Unibanco S.A.	Itaú Personnalité Renda Fixa MIX	-	4.056.588
Banco Itaú Unibanco S.A.	Itaú Personnalité Privilege REFDI	1.220.323	227.219
Banco Itaú Unibanco S.A.	CDB DI Renda Fixa	602.446	552.527
Banco Santander S.A.	CDB Contamax	-	474.961
		2.191.459	5.572.412
		13.896.419	16.826.491

7. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Planos Individuais - Pré-estabelecidos		
Contraprestações a Receber	5.291.359	3.804.256
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC	(110.694)	-
	5.180.666	3.804.256
Planos Coletivos - Pré-estabelecidos		
Créditos a Receber	2.717.689	2.600.109
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC	(82.880)	-
	2.634.809	2.600.109
	7.815.475	6.404.366



Corresponde a valores a receber dos planos de saúde da Operadora. A provisão para perda sobre créditos constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo capítulo I, item 10, subitem 10.2.3 da RN nº 418 de 26 de dezembro de 2016.

As provisões para devedores duvidosos estão constituídas em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber. As provisões foram efetuadas de acordo com os critérios de avaliação de apropriação contábil e de auditoria descritos no Capítulo I do Anexo I, itens 10.2.3.1 a 10.2.3.5 da Resolução Normativa nº 290/2012 e alterações vigentes da ANS.

8. Créditos tributários e previdenciários

Circulante	31/12/2019	31/12/2018
IR retido na fonte - IRRF	251.098	-
	251.098	-
 Não Circulante		
Recuperação de ISS via DPS PMSP	822.341	-
	822.341	-
	1.073.440	-

9. Bens e títulos a receber

Circulante	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamentos a Funcionários	10.500	45.704
Adiantamentos a Fornecedores	1.188.065	588.319
Empréstimos e Depósitos	-	611.862
Outros Bens e Títulos a Receber	285.899	264.000
	1.484.464	1.509.885

10. Ativo Não Circulante – Aplicações Livres

A Sociedade possui aplicado no Banco Santander – Título de Capitalização no valor de R\$ 1.000 e o montante de R\$ 5.466.972 investido em Debêntures da Cia. Vale do Rio Doce, valor apurado através de Laudo Pericial.

Não Circulante	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações Financeiras	5.466.972	5.466.972
	5.466.972	5.466.972



11. Depósitos Judiciais e Fiscais

Não Circulante	31/12/2019	31/12/2018
Depósitos Judiciais - Cíveis	334.194	-
	334.194	-

12. Imobilizado

		Movimentação			
	Vida útil estimada	Saldos em 31/12/2018	Custo	Depre- ciação	Saldos em 31/12/2019
Imobilizado de uso próprio - Hospitalares / odontológicos					
Máquinas e Equipamentos	10	3.920	-	(3.920)	-
Soma Hospitalares / odontológicos		3.920	-	(3.920)	-
Imobilizado de uso próprio - Não hospitalares / odontológicos					
Instalações	10	1.924	-	(706)	1.218 1217,89
Máquinas e Equipamentos	10	12.487	-	(3.224)	9.262 9262,37
Materiais de Informática e Periféricos	5	22.648	-	(6.822)	15.825 15825,07
Móveis e Utensílios	10	31.845	-	(7.371)	24.474
Veículos	5	-	-	-	- 24474,28
Soma Não Hospitalares / odontológicos		68.903	-	(18.124)	50.780
Total do Imobilizado de Uso Próprio		72.824	-	(22.044)	50.780

13. Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

Provisão de contraprestação não ganha - PCNG

Caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela operadora para cobertura de risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, devendo ser baixada a crédito de Receita de Prêmios ou Contraprestação, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês.

Provisão para eventos a liquidar SUS

Referem-se a contestados lançamentos realizados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, visando a cobrança de despesas assistenciais decorrentes de atendimentos dos usuários da Operadora no Sistema Único de Saúde, estando de acordo conforme artº2 da Instrução Normativa nº3 de 19 de outubro de 2010 - DIOPE/DIDES.

Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores

Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos. RN nº 209/09, RN 393/2015 e alterações vigentes, que determinou a constituição desta provisão a partir de 1º de janeiro de 2010, cujo registro contábil



é realizado no momento da apresentação da cobrança às operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas.

Conforme publicação da RN 227/10 e alterações vigentes, que determinou que a provisão para eventos a liquidar deve ser lastreada por ativos garantidores que atendam os critérios da RN 392/2015 e alterações vigentes.

Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)

Constituída com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução Normativa nº 393 de 09.12.2015 expedida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e alterações vigentes, para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que ainda não tenham sido avisados pelos prestadores, através da utilização de metodologia própria.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Circulante		
Provisões de contraprestações		
Provisões de contraprestação não ganha - PCNG	1.174.123	5.578.094
Provisão de eventos a liquidar para o SUS	6.250.390	6.101.921
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores	2.807.360	3.161.998
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	1.080.923	607.042
	<u>11.312.796</u>	<u>15.449.054</u>
Não Circulante		
Provisão de eventos a liquidar para o SUS	2.581.626	1.759.602
	<u>2.581.626</u>	<u>1.759.602</u>

14. Tributos e encargos sociais a recolher

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
IRPJ e CSLL a recolher	11.815	413.721
ISS Faturamento a recolher	84.462	120.525
INSS a recolher	59.434	54.392
FGTS a recolher	17.475	16.216
PIS e COFINS a recolher	118.934	159.888
Retenções de Impostos e Contribuições	158.343	139.564
	<u>450.464</u>	<u>904.306</u>
Circulante	450.464	904.306
Não Circulante	-	-
	<u>450.464</u>	<u>904.306</u>



15. Empréstimos bancários

O saldo no montante de R\$ 381.900,64, em 31/12/2018, referia-se a cheques pré-datados a compensar.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Empréstimos Bancários	-	381.901
	<u>-</u>	<u>381.901</u>

16. Débitos diversos

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Obrigações com Pessoal	390.625	390.914
Fornecedores	390.022	100.912
	<u>780.647</u>	<u>491.826</u>

17. Provisões para ações judiciais

A Operadora é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco provável por seus advogados, para os quais foram constituídas provisões. Em 31 de dezembro de 2019, os valores provisionados foram os seguintes:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Provisão para ações cíveis	440.566	440.566
	<u>440.566</u>	<u>440.566</u>

18. Patrimônio líquido

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Capital Social	9.598.277	6.408.277
Lucros (Prejuízos) acumulados	4.718.086	4.028.296
	<u>14.316.363</u>	<u>10.436.573</u>

Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2019 está representado por 9.598.277 (nove milhões, quinhentos e noventa e oito mil, duzentos e setenta e sete) cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.



Resultado

Resultado líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi no valor de R\$ 689.790,06 (seiscentos e oitenta e nove mil, setecentos e noventa reais e seis centavos).

19. Contraprestações líquidas

Registradas no montante de R\$ 84.606.022 (oitenta e quatro milhões, seiscentos e seis mil e vinte e dois reais) no exercício de 2019 e R\$ 70.401.836, no exercício de 2018, correspondem às receitas oriundas de mensalidades e faturas de beneficiários de planos de assistência médico-hospitalar individuais e coletivos oferecidos pela Operadora.

20. Eventos conhecidos e avisados

Registrados no montante de R\$ 61.216.620 (sessenta e um milhões, duzentos e dezesseis mil, seiscentos e vinte reais) no exercício de 2019 e R\$ 53.271.880, no exercício de 2018, correspondem aos custos dos serviços de assistência médico-hospitalar prestados aos beneficiários da Operadora.

21. Garantias financeiras

Patrimônio mínimo ajustado

Calculado a partir da multiplicação de um fator variável "K", obtido no anexo I da RN nº 209/2009, pelo capital base reajustado pelo IPCA em julho de cada ano. O Capital Social da Operadora excede o valor do patrimônio mínimo - PMA exigido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Margem de solvência

A Margem de Solvência corresponde à suficiência do Patrimônio Líquido, podendo ser ajustada conforme art. 6º da RN 209 da ANS. É uma reserva suplementar às provisões técnicas que a operadora deverá dispor, para suportar oscilações das suas operações advindas de perdas do ativo, mal dimensionamento das provisões técnicas e mudanças que afetem o setor tais como: aumento de sinistralidade e evasão de beneficiários. A Operadora deverá constituir até dezembro de 2022 a margem de solvência correspondente às suas atividades. Em 31/12/2019 a margem de solvência calculada para a **ECOLE Serviços Médicos Ltda.** está suficiente conforme demonstramos:



	<u>31/12/2019</u>
Patrimônio Líquido encerrado	14.316.363
(-) Intangível	-
(=) Patrimônio Mínimo Ajustado	<u>14.316.363</u>
 Patrimônio mínimo (PMA) (Fator K)	 2.268.645
 A- Contraprestações Líquidas - Soma dos últimos 12 meses	 84.606.022
B- Eventos Indenizáveis Líquidos - Média Anual dos últimos 36 meses	53.424.398
Valor I - 20% x (A + 50% x C)	16.921.204
Valor II - 33% x (B + 50% x D)	17.630.051
Margem de Solvência total (exigida em 2022)	17.630.051
Proporcionalidade da Margem de Solvência	77,90%
Margem de Solvência parcial (2019)	13.733.810
(-) Ajuste despesas com programas aprovados	-
Margem de Solvência exigida (2018)	<u>13.733.810</u>
Suficiência de Margem de Solvência	<u>582.553</u>

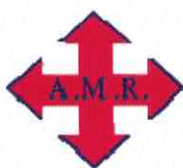
Ativos garantidores

Os ativos garantidores são bens imóveis, ações, títulos ou valores mobiliários de titularidade da Operadora, que lastreiam as provisões técnicas. Esses ativos representam a efetivação financeira real da garantia escritural refletida pelas provisões.

As regras referentes à aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e diversificação dos ativos garantidores estão dispostas na Resolução Normativa nº 392 de dezembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2019 a necessidade de lastro e vínculo da **ECOLE Serviços Médicos Ltda.** está suficiente.

Apresentamos, a seguir, o resumo da situação dos ativos garantidores em 31 de dezembro de 2019:



		<u>31/12/2019</u>
APLICAÇÕES GARANTIDORAS TOTAIS		9.134.175
(-) PASSIVOS EXIGÍVEIS DE APLICAÇÕES GARANTIDORAS		
PEONA Provisão p/ Eventos Ocorridos e Ñ Avisados		1.080.923
Ressarcimento ao SUS Débitos Pendentes		1.401.169
Ressarcimento ao SUS (ABI x %hc)	2.765.176	
x Percentual de Adimplência	93,42%	181.949
Rede Credenciada - Saldo Total		<u>2.807.360</u>
Soma dos Passivos Exigíveis		<u>5.471.402</u>
SUFICIÊNCIA		3.662.773

22. Cobertura de seguros

A administração da Operadora tem por política contratar seguros contra incêndios e riscos diversos com cobertura considerada suficiente, pelos assessores especialistas em seguros, para assegurar, em caso de sinistros, a reposição dos bens e a sua respectiva continuidade operacional.

23. Instrumentos financeiros

Avaliação de instrumentos financeiros

A administração procedeu a análise dos instrumentos financeiros que compõem o ativo e o passivo e concluiu que o valor justo das disponibilidades, créditos de operações com planos de assistência à saúde e não relacionados com planos de saúde da Operadora e os passivos circulantes, principalmente provisão de eventos a liquidar e débitos de operações de assistência à saúde aproximam-se do saldo contábil, cujos critérios de contabilização e valores estão informados nas demonstrações financeiras, em razão de o vencimento de parte significativa desses saldos ocorrer em data próxima à do balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a Operadora não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

Fatores de risco

A Operadora apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a) Risco de crédito



Risco do não recebimento de valores decorrentes da prestação de serviços médico-hospitalares ou da impossibilidade de resgate de aplicações e investimentos mantidos junto a instituições financeiras.

Para atenuar esse risco, a Operadora tem por prática o acompanhamento permanente de sua carteira de recebíveis e dos índices de inadimplência, bem como mantém suas aplicações em instituições renomadas e com baixo risco de crédito.

b) Risco de liquidez

Risco da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Operadora honre seus compromissos no prazo, em razão do descasamento entre o fluxo de pagamentos e o fluxo de recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Para atenuar esse risco, a Operadora tem por prática o acompanhamento permanente de seu fluxo de caixa, avaliando a adequação dos prazos de recebimentos e pagamentos de operações relativas a plano de saúde, geralmente caracterizadas por prazos de recebimentos e pagamentos consideravelmente curtos.

c) Risco de taxas de juros

Risco de alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos significativos sobre os rendimentos dos recursos aplicados ou sobre a remuneração dos recursos captados no mercado financeiro.

Para minimizar possíveis impactos de oscilações em taxas de juros, a Operadora tem por prática realizar aplicações financeiras conservadoras em títulos de renda fixa (CDB e Fundos de investimento) junto a bancos de primeira linha, bem como evita a contratação de empréstimos de montante elevado.

d) Risco operacional

Risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de diversas causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Operadora, bem como a fatores externos decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

A administração da operadora é responsável pelo contínuo desenvolvimento e implementação de controles para tratar e administrar riscos operacionais, de forma a evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação. São eles:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;



-
- cumprimento de exigências regulatórias e legais;
 - documentação de controle e procedimentos;
 - exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação e controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
 - exigências de reportar perdas e as ações corretivas propostas;
 - desenvolvimento de planos de contingências; e
 - padrões éticos e comerciais.

24. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e de elaboração das demonstrações contábeis, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

Eduardo Cotait
Representante Legal
CPF 014.200.268-28

Carlos Monis Medeiros
Contador
CRC 1SP163642/O-5